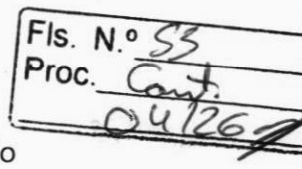




Câmara Municipal de
Álvares Machado

Agente de Contratação



cmalvaresmachado.1doc.com.br
compras@alvaresmachado.sp.leg.br
www.alvaresmachado.sp.leg.br
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro
19.160-049, Álvares Machado-SP
(18) 3273-1331 r.26

ANEXO I
Portaria 13/2024
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº: 02/2026	
DATA DE ELABORAÇÃO: 26 de março de 2026	
OBJETO:	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de prevenção e controle de pragas nas dependências da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP
BASE LEGAL:	Dispensa de licitação fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal 12.807 de 29 de dezembro de 2025 para contratações de valor inferior a R\$ 65.492,11.
RESPONSÁVEL :	Victor Cavalleri Santos
MATRÍCULA:	1869-4/1

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização e dedetização, a serem realizados nas dependências da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP, visando assegurar a salubridade do ambiente e a integridade do patrimônio público, em conformidade com as especificações e condições aqui estabelecidas.

1.1 Requisitos do Objeto (Quantitativos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de prevenção e controle de pragas nas dependências da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP	MÊS	12

1.2 Natureza do Objeto

O presente objeto caracteriza-se como **serviço comum**, de natureza **contínua** e **sem dedicação exclusiva de mão de obra**, para a prestação de serviço de prevenção e controle de pragas nas dependências da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP, visando assegurar a salubridade do ambiente e a integridade do patrimônio público, em conformidade com as especificações e condições aqui estabelecidas.



Câmara Municipal de
Álvares Machado

Agente de Contratação

Fls. N. 34
Proc. Cent.
04/267

cmalvaresmachado.1doc.com.br
compras@alvaresmachado.sp.leg.br
www.alvaresmachado.sp.leg.br
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro
19.160-049, Álvares Machado-SP
(18) 3273-1331 r.26

1.3 Prazo de vigência contratual

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de manter as instalações da Câmara Municipal livres da presença de insetos, roedores e outras pragas que podem causar danos à saúde dos servidores, vereadores e visitantes, além de prejuízos ao patrimônio público. A execução de um plano contínuo de controle de pragas é medida preventiva essencial para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, em conformidade com as normas de vigilância sanitária.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Abrangência dos Ambientes Atendidos:

Os serviços deverão contemplar todas as áreas internas e externas da Câmara Municipal, incluindo, mas não se limitando a: Plenário, gabinetes, setores administrativos, auditório, recepção, corredores, sanitários, copa, arquivos, depósitos, áreas de circulação, pátios, jardins e estacionamento.

3.2. Periodicidade dos Serviços:

Os serviços deverão ser executados de forma contínua, com a seguinte periodicidade mínima, em conformidade com o ETP:

a) Desinsetização e Desratização (Controle Químico e Monitoramento): Aplicação bimestral, totalizando 6 (seis) aplicações ao longo de 12 meses.

b) Atendimentos emergenciais: A contratada deverá realizar aplicações extras, sem custo adicional, sempre que for constatada a ocorrência de focos de infestação no intervalo entre as aplicações programadas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação pela CONTRATANTE.

3.3. Detalhamento dos Serviços:

3.3.1. Dedetização: Controle de insetos rasteiros e voadores (baratas, formigas, traças, aranhas, escorpiões, pulgas, carrapatos, mosquitos, etc.), por meio de técnicas como pulverização, aplicação de gel, nebulização, entre outras, utilizando produtos adequados para cada tipo de praga e ambiente.



Câmara Municipal de

Álvares Machado

Agente de Contratação

Fls. N.º 55

Proc. 04/26

cmalvaresmachado.1doc.com.br

compras@alvaresmachado.sp.leg.br

www.alvaresmachado.sp.leg.br

Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro

19.160-049, Álvares Machado-SP

(18) 3273-1331 r.26

3.3.2. Desratização: Controle de roedores (ratos e camundongos) através da instalação de porta-isca e armadilhas adesivas em pontos estratégicos, com mapeamento, monitoramento e substituição periódica das iscas, garantindo a segurança e a eficácia do controle.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Qualificação Técnica

A empresa deverá possuir todas as licenças e autorizações de funcionamento exigidas pelos órgãos competentes, em especial a Licença ou Alvará Sanitário, emitida pela Vigilância Sanitária local, dentro do prazo de validade.

A empresa também comprovar experiência prévia mediante atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, evidenciando a prestação de serviços similares nos últimos 60 meses.

4.2 Capacidade Operacional

A empresa contratada deverá demonstrar capacidade técnico-operacional compatível com os serviços de prevenção e controle de pragas, com experiência comprovada em atuação junto a órgãos da Administração Pública ou ao setor privado.

A execução dos serviços deverá seguir as diretrizes da Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA ou outra que venha a substituí-la, bem como as normas técnicas pertinentes da ABNT.

A empresa contratada também deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, bem como será responsável pela instalação de dispositivos como porta-isca e outros, os quais deverão ser identificados, numerados e mapeados.

A equipe técnica da empresa contratada deverá ser composta por profissionais devidamente treinados e qualificados, uniformizados e utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à segurança da operação.

4.3 Sustentabilidade

Em conformidade com o art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá adotar práticas que demonstrem seu compromisso com a sustentabilidade ambiental, social e econômica na execução dos serviços. As seguintes práticas são obrigatórias:

a) Uso de produtos de menor impacto ambiental:

Deverá ser priorizado o uso de produtos que possuam menor toxicidade para seres humanos e animais não-alvo, e que sejam preferencialmente biodegradáveis. A contratada deverá apresentar, juntamente com a proposta, a relação de produtos a serem utilizados, com suas respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ),



comprovando o registro na ANVISA e, sempre que possível, a classificação toxicológica menos restritiva.

b) Gerenciamento e descarte adequado de resíduos:

A contratada é integralmente responsável pelo gerenciamento, acondicionamento, transporte e destinação final de todos os resíduos gerados pela prestação do serviço, incluindo embalagens vazias de produtos químicos, iscas não consumidas e outros materiais contaminados. O descarte deverá ser realizado em conformidade com a legislação ambiental vigente, em especial as normas da ANVISA e do CONAMA. A empresa deverá apresentar, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, os comprovantes de destinação final dos resíduos (Certificado de Destinação Final - CDF), emitidos por empresa licenciada para tal fim.

c) Adoção de práticas de manejo integrado de pragas (MIP):

A contratada deverá basear sua atuação nos princípios do Manejo Integrado de Pragas, que preconiza a combinação de diferentes métodos de controle (químicos, físicos e biológicos), priorizando as medidas preventivas e corretivas que minimizem o uso de produtos químicos. Isso inclui a inspeção detalhada dos ambientes, a identificação de focos e condições que favoreçam a proliferação de pragas, e a emissão de relatórios com recomendações de melhorias estruturais e de higiene para a contratante.

d) Comunicação e transparência:

A contratada deverá manter comunicação prioritariamente por meios eletrônicos para o envio de documentos à contratante, como relatórios, certificados, agendamentos e outros, reduzindo o consumo de papel.

4.4 Documentos para Habilitação Pessoa Jurídica

A pessoa jurídica deve apresentar os seguintes documentos para comprovar sua regularidade:

- Demonstração da constituição regular da pessoa jurídica – e quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada;
- Certidões ou atestados de qualificação técnica, quando couber, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação;
- Certidões negativas correcionais – “negativas de inidoneidade”;
- Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;
- Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e Dívida Ativa da União;
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);



4.5 Declarações

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 30 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto(a) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 (caso queira utilizar o tratamento);
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste procedimento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 70, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante e/ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 50 da Constituição Federal;
- Certidão declaratória do cumprimento das "exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas", conforme artigo 63, inciso IV da Lei 14.133/2021.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Metodologia de execução

A contratada deverá executar os serviços seguindo uma metodologia que garanta a eficácia do controle de pragas e a segurança de pessoas, animais e do meio ambiente. A execução deverá abranger as seguintes etapas:

a) Diagnóstico e planejamento:

Antes da primeira aplicação, a contratada deverá realizar uma visita técnica para diagnóstico das instalações, identificando as espécies de pragas existentes, os focos de infestação e as condições que favorecem sua proliferação. Com base nesse diagnóstico, deverá ser elaborado um plano de ação, a ser aprovado pelo fiscal do contrato, detalhando as técnicas, produtos e cronograma de execução. Também deverá ser incluída no plano de ação a adoção de ações preventivas contra as espécies-alvo/pragas, tais como insetos rasteiros e voadores, ratos, baratas, formigas, aranhas, escorpiões, cupins, mosquitos, traças, carrapatos, pulgas e outras espécies que possam comprometer a segurança sanitária e o patrimônio, ainda que não constatada a presença destes.

b) Execução dos serviços:



Câmara Municipal de
Álvares Machado

I Agente de Contratação

Fls. N.º	58	cmaalvaresmachado.1doc.com.br compras@alvaresmachado.sp.leg.br www.alvaresmachado.sp.leg.br Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro 19.160-049, Álvares Machado-SP ☎ (18) 3273-1331 r.26
Proc.	Canh	
	04/262	

Os serviços de desinsetização, desratização e dedetização deverão ser executados conforme a periodicidade bimestral estabelecida neste Termo de Referência. As aplicações deverão ser agendadas previamente com o fiscal do contrato.

A contratada também deverá realizar aplicações extras, sem custo adicional, sempre que for constatada a ocorrência de focos de infestação no intervalo entre as aplicações programadas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação pela CONTRATANTE.

c) Monitoramento:

A contratada deverá realizar o monitoramento contínuo das áreas tratadas, por meio da inspeção de porta-isca e armadilhas, e da verificação da eficácia das aplicações. O monitoramento deve ser registrado em relatórios periódicos.

5.2 Emissão de documentação

Após cada etapa de serviço (aplicação bimestral ou atendimento emergencial), a contratada deverá emitir e entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a seguinte documentação:

a) Certificado de execução do serviço:

Documento que ateste a realização do serviço, contendo, no mínimo: dados da contratante e da contratada, data da execução, áreas tratadas, pragas-alvo, técnicas de aplicação, nome dos produtos utilizados com seus respectivos números de registro na ANVISA, e nome e assinatura do responsável técnico.

b) Relatório técnico:

Relatório detalhado com informações sobre as atividades realizadas, incluindo o mapeamento de porta-isca, o consumo de iscas, as espécies de pragas controladas, e recomendações de medidas preventivas a serem adotadas pela contratante

5.3 Garantia dos serviços

A contratada deverá oferecer uma garantia mínima de 90 (noventa) dias para os serviços prestados. Caso seja constatada a reincidência de pragas nas áreas tratadas dentro do período de garantia, a contratada deverá realizar uma nova aplicação, sem custo adicional para a contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação.

5.4. Equipe técnica

A contratada deverá manter uma equipe de profissionais qualificados e devidamente treinados para a execução dos serviços. Os aplicadores deverão estar uniformizados,



Câmara Municipal de
Álvares Machado

I Agente de Contratação

Fls. N.º 59
Proc. *Cont.*
04/26
cmalvaresmachado.1doc.com.br
compras@alvaresmachado.sp.leg.br
www.alvaresmachado.sp.leg.br
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro
13.160-049, Álvares Machado-SP
(18) 3273-1331 r.26

identificados por crachá e utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidores designados pela Presidência da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes atribuições:

6.1 Gestor do Contrato

Compete ao gestor:

- Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, dos contratos vinculados a sua área;
- Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à Diretoria Administrativa aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;
- Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Câmara;
- Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à Diretoria Administrativa para formalização dos procedimentos;
- Estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos em caso de nova contratação ou prorrogação visando à solução de continuidade;
- Constituir relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato como forma de aprimoramento das atividades da Câmara.

6.2 Fiscal do Contrato

Compete ao fiscal:

- Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;



- Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- Anotar, no Histórico de Gerenciamento do Contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara Municipal, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- Comunicar ao gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do art. 21, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Prestar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e em estrita observância à legislação aplicável.

7.2 Agendar a execução dos serviços com o fiscal do contrato, preferencialmente para realização fora do horário de expediente, a fim de minimizar transtornos.

7.3 Emitir, após cada aplicação, um Certificado de Execução do Serviço, contendo informações detalhadas como: data da aplicação, áreas tratadas, pragas-alvo, produtos utilizados (com nome, fabricante e número de registro), técnica de aplicação, nome e assinatura do responsável técnico.

7.4 Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5 Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.6 Reparar quaisquer danos causados diretamente ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Câmara Municipal de
Álvares Machado

I Agente de Contratação

Fls. N.º 67

Proc. Cont.

341267

cmalvaresmachado.1doc.com.br

compras@alvaresmachado.sp.leg.br

www.alvaresmachado.sp.leg.br

Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro

19.160-049, Álvares Machado-SP

(18) 3273-1331 r.26

8.1 Designar um servidor para atuar como fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços.

8.2 Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias para a boa execução dos serviços, permitindo o acesso de sua equipe às áreas a serem tratadas.

8.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e prazo estabelecidos, mediante a apresentação da documentação fiscal correspondente e o ateste do fiscal do contrato.

8.4 Comunicar à CONTRATADA qualquer ocorrência de focos de infestação para que sejam tomadas as medidas corretivas.

9 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços de seguro consistirá, essencialmente, na comprovação do cumprimento das obrigações inerentes ao contrato de prestação de serviço de prevenção e controle de pragas, conforme condições especificadas neste Termo de Referência, mediante relatório do fiscal do contrato.

O relatório deverá ser realizado pelo fiscal do contrato, que atestará a conformidade dos serviços prestados, encaminhando a informação ao gestor do contrato para as providências de pagamento.

O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da nota fiscal devidamente instruída com o atesto do fiscal do contrato, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP.

Serão rejeitadas as entregas que não atenderem às especificações contratadas, cabendo ao contratado refazê-las sem ônus adicional para a Administração.

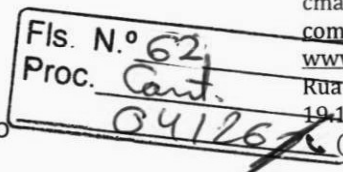
O pagamento não implica quitação definitiva do objeto, permanecendo o contratado responsável pela qualidade e fidedignidade das informações prestadas e pela correção de eventuais falhas detectadas posteriormente.

10 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor será realizada conforme o **critério de menor preço**, nos termos do art. 33, inciso I, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, observando-se os princípios da isonomia, impessoalidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Para a contratação de serviços de prevenção e controle de pragas urbanas, de natureza contínua, serão avaliados:

- **Regularidade jurídica e fiscal:** comprovação de que a empresa ou profissional encontra-se devidamente inscrito no CNPJ ou CPF, regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, bem como em dia com o FGTS e a Seguridade Social;



- **Qualificação técnica:** comprovação de experiência prévia em serviços de prevenção e controle de pragas urbanas, por meio de declarações de capacidade técnica ou registros de trabalhos similares;
- **Capacidade operacional:** demonstração de que dispõe de recursos humanos e materiais necessários para a execução contínua dos serviços, garantindo qualidade e regularidade nas entregas;
- **Proposta de preços:** apresentação de valores compatíveis com os praticados no mercado, devidamente fundamentados, atendendo ao critério da economicidade e vantajosidade para a Administração.

A seleção dar-se-á mediante a **modalidade de dispensa**, a ser realizada de **forma presencial** e no **modo de disputa aberto**, com observância das disposições legais vigentes, sendo vedado qualquer direcionamento ou restrição que comprometa a competitividade do certame.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

A estimativa do valor da contratação foi obtida com base em pesquisa de mercado documentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), por meio da coleta de orçamentos junto a 3 (três) empresas prestadoras de serviço do ramo, além de pesquisa complementar realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e contratações similares com a Administração Pública.

Com base nas memórias de cálculo demonstradas no ETP, o valor médio obtido dos orçamentos, PNCP e contratações similares foi de R\$ 2.567,15 (dois mil quinhentos e sessenta e sete reais e quinze centavos).

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de seguro automotivo ao veículo oficial da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP está devidamente adequada à previsão orçamentária da Casa Legislativa, conforme dotação prevista na Lei Orçamentária Anual vigente.

A estimativa definitiva de preço, no valor de R\$ 2.567,15 (dois mil quinhentos e sessenta e sete reais e quinze centavos) será utilizada para fins de reserva orçamentária e viabilização da contratação, observando-se a seguinte classificação orçamentária:

- **Unidade Gestora:** Câmara Municipal
- **Órgão:** 01 – Poder Legislativo
- **Unidade Orçamentária:** 01.01 – Corpo Legislativo
- **Dotação:** 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- **Fonte de Recurso:** 1 – Tesouro
- **Aplicação:** 110.0000 – Geral

A despesa está compatível com o Plano de Contratações Anual (PCA), respeitando os limites legais e o planejamento orçamentário da Administração, de modo a assegurar a regular



Câmara Municipal de

Álvares Machado

I Agente de Contratação

Fls. N.º 63

Proc. Cont. 04/26

compras@alvaresmachado.sp.leg.br

www.alvaresmachado.sp.leg.br

Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro

19.160-049, Álvares Machado-SP

(18) 3273-1331 r.26

execução financeira do contrato e a conformidade com os princípios da legalidade, responsabilidade fiscal e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Álvares Machado (SP), 26 de março de 2026.

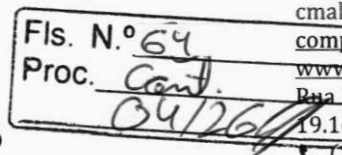

Victor Cavalieri Santos

Agente de Contratação



Câmara Municipal de
Álvares Machado

Agente de Contratação



cmalvaresmachado.1doc.com.br
compras@alvaresmachado.sp.leg.br
www.alvaresmachado.sp.leg.br
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro
19.160-049, Álvares Machado-SP
(18) 3273-1331 r.26

ANEXO II
Portaria 13/2024
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta de preços à Câmara Municipal de Álvares Machado/SP

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº: 04/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de prevenção e controle de pragas nas dependências da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP.

FUNDAMENTO JURÍDICO: Art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Razão Social:

Nome Fantasia (se houver):

CNPJ nº

Endereço:

Telefone:

E-mail:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de prevenção e controle de pragas nas dependências da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP	MÊS	12

*O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

Cumpre-nos informar que examinamos as exigências relativas ao Aviso de Dispensa de Licitação em comento, inteirando-nos delas para elaboração da presente proposta. Ainda ressaltamos:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 30 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto(a) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 (caso queira utilizar o tratamento);
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste procedimento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 70, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- Que a proposta foi elaborada de forma independente;